



EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 019/2024

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2024
EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal de **BOMBA SUBMERSA PARA POÇOS ARTESIANOS**, visando atender necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Ipiaú/BA, de acordo com as quantidades e especificações do presente edital e seus anexos.

DATA: 23/07/2024

HORÁRIO: 09h30min (Horário vigente na Bahia).

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

NÚMERO DO EDITAL NO COMPRASGOV: Nº 90023

UASG: 983579 – Prefeitura municipal de Ipiaú-BA.

Ipiaú – BA, 17 de julho de 2024.

Poleandro Silva Santos
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Decreto nº 5.410/2019



I - REGÊNCIA LEGAL

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto municipal de nº 6.857 de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis.

II – ÓRGÃO (S) INTERESSADO (S)

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Ipiaú/BA

III - MODALIDADE

Dispensa Eletrônico n.º 019/2024

IV - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.

060/2024

V - PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

[X] Sim [] Não

VI –FORMA DE ENTREGA

Parcelada

VII - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço

VIII - OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal de **BOMBA SUBMERSA PARA POÇOS ARTESIANOS**, visando atender necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Ipiaú/BA, de acordo com as quantidades e especificações do presente edital e seus anexos.

IX - LOCAL E DATA PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, HABILITAÇÃO E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

DATA: 23/07/2024

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir da publicação.

HORÁRIO: 09:30 horas às 15:30 horas (horário vigente na Bahia).

LOCAL: Sistema de contratações do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

NÚMERO DO EDITAL NO COMPRASGOV: Nº 90022

X - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Classificação por esfera	Classificação Institucional	Estrutura Programática	Classificação Funcional
Orçamento Fiscal	11.001/SEAMA	10	20 – Agricultura
Informação do programa	Informação da Ação	Elemento de despesa	Fonte
Mais Agricultura e Sustentabilidade	1017	44905200000000	150000000000

XI - PRAZO DO CONTRATO

12 (Doze) meses.

XII - VALOR DE REFERENCIA MÁXIMO GLOBAL ACEITAVEL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 31.173,00 (Trinta e um mil, cento e setenta e três reais.)

XIII - LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL.

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, diariamente, das 08h00min às 12h00min, na Sala de Licitações, sito a Rua Ângelo Jaqueira, nº 01, 2º Andar, Centro, Ipiaú, Bahia, pelo Telefone (73) 3313-2036 ou pelo e-mail licitaipiau@gmail.com.

XIV - PUBLICAÇÃO DO EDITAL

a) Integralmente, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Ipiaú (doem.org.br/ba/ipiau/);

b) Site do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNPC

c) Sistema de contratações do governo federal (Compras.gov.br).

XV – AGENTE DE CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL

Jan Gonçalves Muniz Ferreira

Agente de Contratação

Portaria nº 100, de 28 de fevereiro de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 019/2024
Processo Administrativo nº 060/2024

Torna-se Público que o Município de Ipiáú, realizará Dispensa de Licitação Eletrônica, com critério de Julgamento Menor Preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto municipal de nº 6.857 de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: 23/07/2024

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 09:30 horas às 15:30 horas

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal de **BOMBA SUBMERSA PARA POÇOS ARTESIANOS**, visando atender necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Ipiáú/BA, de acordo com as quantidades e especificações do presente edital e seus anexos.

1.2. A contratação será em lote único, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BOMBA DE POÇO ARTESIANO TIPO SUBMERSA, POTÊNCIA ATÉ 5,0 CV, TRIFÁSICO E MONOFÁSICO, 220/380V 60HZ, INCLUINDO O SERVIÇO DE GUINCHO PARA RETIRADA DA BOMBA ANTIGA.	Unid.	03	R\$ 10.391,00	R\$ 31.173,00
TOTAL					R\$ 31.173,00
Valor total por extenso: R\$ 31.173,00 (Trinta e um mil, cento e setenta e três reais.)					

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

2.1.1. Os interessados ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados perante o Sistema de contratações do Governo Federal (Compras.gov.br), antes da data de realização do Pregão Eletrônico.

2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá estar em papel timbrado, assinada e carimbada com CNPJ, conter DECLARAÇÃO de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09:00hrs da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4.9. Será solicitado ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.10. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.11. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

4.12. Na hipótese de a proposta de preços definitiva contemplar vários itens, o ajuste deverá ser realizado de forma linear sobre os preços unitários, sobre o preço total do item e sobre o valor global, aplicando-se o mesmo desconto, de modo que reflita na nova proposta a redução de preço proporcionada pelo lance vencedor.

4.13. NÃO SERÃO ACEITOS PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS ACIMA DOS ORÇADOS NA PLANILHA DE PREÇOS DA ADMINISTRAÇÃO, CONSTANTES NESTE PROCESSO.

4.14. Será desclassificado o licitante que descumprir o prazo estabelecido no item **4.9** para o encaminhamento da proposta de preços realinhada, devendo ser convocado os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.



5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta readequada e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Ação obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos

suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5.13. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de **24:00 (Vinte e quatro) horas**, contadas a partir do encerramento do julgamento da proposta.

5.14. Será desclassificado o licitante que descumprir o prazo estabelecido no item **5.13** para o encaminhamento dos documentos exigidos para habilitação, devendo ser convocado os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.3. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.3.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (Doze) meses**, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas para o pagamento do presente instrumento contratual correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Classificação por esfera	Classificação Institucional	Estrutura Programática	Classificação Funcional
Orçamento Fiscal	11.001/SEAMA	10	20 – Agricultura
Informação do programa	Informação da Ação	Elemento de despesa	Fonte
Mais Agricultura e Sustentabilidade	1017	44905200000000	150000000000

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- 10.1.** O procedimento será divulgado no Diário Oficial do Município, no Sistema de contratações do governo federal (Compras.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- 10.2.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 10.2.1.** Republicar o presente aviso com uma nova data;
- 10.2.2.** Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 10.2.2.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 10.2.3.** Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 10.3.** As providências dos subitens 10.2.1 e 10.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 10.4.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 10.5.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 10.7.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.8.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.9.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.10.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 10.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 10.12.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 10.13.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 10.13.1.** ANEXO I – Termo de Referência;

Ipiáú/Bahia 17 de fevereiro de 2024.

Poleandro Silva Santos
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Decreto nº 5.410/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
LEI FEDERAL 14.133/2021

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Constitui-se objeto deste Termo de Referência a Contratação de empresa especializada para o fornecimento, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal de **BOMBA SUBMERSA PARA POÇOS ARTESIANOS**, visando atender necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Ipiáú/BA, de acordo com as quantidades e especificações do presente TR e seus anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

a) **INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO:** A realização de um Estudo Técnico Preliminar é essencial para embasar a tomada de decisão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiáú, diante da necessidade aquisição de bomba submersas para poço artesiano que abastece a região. A constante demanda por água para atividades agrícolas e o suporte ao meio ambiente ressaltam a importância desse recurso vital. Contudo, o atual cenário apresenta desafios relacionados à eficiência e funcionamento do equipamento, tornando imprescindível a contratação de serviços especializados para a aquisição de bombas submersas.

b) **PROBLEMA A SER RESOLVIDO E IMPACTO NA COMUNIDADE:** O problema identificado no poço artesiano compromete diretamente a capacidade de fornecimento de água, afetando não apenas a produção agrícola local, mas também a qualidade de vida da população. A interrupção no abastecimento pode resultar em prejuízos econômicos para os agricultores e causar impactos ambientais significativos. Diante desse contexto, a contratação dos serviços especializados é crucial para assegurar a continuidade do fornecimento de água, promovendo a estabilidade no setor agrícola e preservando o equilíbrio ambiental da região.

c) **JUSTIFICATIVA DO INTERESSE PÚBLICO** O interesse público subjacente à aquisição de bombas submersas para o poço artesiano é evidente, mas também contribui para a preservação dos recursos hídricos locais e a sustentabilidade ambiental. Ao investir na infraestrutura adequada, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente demonstra seu comprometimento com o bem-estar da comunidade e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

d) **IMPACTO FUTURO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:** Considerando o impacto positivo esperado com a aquisição de bomba submersas, a contratação dos serviços especializados não apenas solucionará o problema imediato, mas também estabelecerá as bases para a segurança hídrica a longo prazo. Ao garantir a operacionalidade eficiente do equipamento, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiáú investirá no desenvolvimento sustentável da região, promovendo a prosperidade econômica, social e ambiental.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

3.1. A presente Contratação deverá ter as seguintes características mínimas:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BOMBA DE POÇO ARTESIANO TIPO SUBMERSA , POTÊNCIA ATÉ 5,0 CV, TRIFÁSICO E MONOFÁSICO, 220/380V 60HZ, INCLUINDO O SERVIÇO DE GUINCHO PARA RETIRADA DA BOMBA ANTIGA.	Unid.	03	R\$ 10.391,00	R\$ 31.173,00
TOTAL					R\$ 31.173,00
Valor total por extenso: R\$ 31.173,00 (Trinta e um mil, cento e setenta e três reais.)					

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

4.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Sustentabilidade: A empresa contratada deve demonstrar compromisso com práticas sustentáveis em suas operações, incluindo o uso eficiente de recursos naturais, a minimização de resíduos e emissões, e a adoção de medidas para reduzir seu impacto ambiental. Deve-se priorizar fornecedores e práticas que estejam alinhados com os princípios de sustentabilidade, buscando materiais e insumos produzidos de forma responsável e ecologicamente correta.

5.2 Subcontratação: Caso haja necessidade de subcontratação de serviços ou fornecimento de insumos por parte da empresa contratada, esta deve ser previamente autorizada e devidamente especificada no contrato. A subcontratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

deve ser realizada apenas com empresas idôneas e qualificadas, garantindo que os padrões de qualidade e segurança sejam mantidos em todos os aspectos do serviço prestado.

5.3 Garantia da Contratação: A empresa contratada deve oferecer garantias adequadas para o serviço prestado, incluindo garantias de qualidade, prazos e resultados. Deve-se estabelecer cláusulas contratuais que estipulem as condições e os prazos para a correção de eventuais defeitos ou problemas no serviço prestado, garantindo a satisfação da contratante e a segurança da paciente. A empresa contratada deve fornecer garantias financeiras ou seguros que assegurem o cumprimento integral do contrato e possíveis compensações em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

6. DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA EXECUÇÃO

6.1. Os materiais devem ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento – SF, expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme endereço indicado na solicitação.

7. DO VALOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. O valor previsto para execução dos serviços do objeto para licitação é da ordem de **R\$ 31.173,00 (Trinta e um mil, cento e setenta e três reais.)**, custo no qual estão inclusas todas as despesas.

8. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

I. Condições de Entrega:

Prazo de Entrega: A CONTRATADA se compromete a realizar a entrega do material BOMBA SUBMERSA PARA POÇOS ARTESIANOS no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento – SF, expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme endereço indicado na solicitação.

Local de Entrega: A entrega deverá ser realizada no endereço especificado pela CONTRATANTE, conforme indicado no pedido de compra ou em documento anexo. Caso haja mais de um local de entrega, os endereços devem estar claramente discriminados.

Embalagem e Acondicionamento: O BOMBA SUBMERSA PARA POÇOS ARTESIANOS deverá ser entregue devidamente embalado e acondicionado em embalagens adequadas, que garantam a integridade do produto durante o transporte e o armazenamento.

Conferência e Recebimento: A CONTRATANTE se reserva o direito de realizar a conferência do BOMBA SUBMERSA PARA POÇOS ARTESIANOS entregue no ato da entrega, a fim de verificar se está de acordo com as especificações técnicas e quantidades estabelecidas no contrato. O recebimento do produto será formalizado por meio da assinatura de um documento de recebimento pela CONTRATANTE ou seu representante autorizado.

Responsabilidade pela Entrega: A CONTRATADA é responsável por garantir que o BOMBA SUBMERSA PARA POÇOS ARTESIANOS seja entregue de forma oportuna e em conformidade com as condições estabelecidas no contrato. Qualquer atraso na entrega deverá ser devidamente comunicado à CONTRATANTE, que poderá tomar as medidas cabíveis conforme previsto no contrato.

Recusa de Entrega: Caso o BOMBA SUBMERSA PARA POÇOS ARTESIANOS entregue não esteja de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no contrato, a CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar a entrega e exigir a substituição do produto ou a rescisão do contrato, conforme previsto nas cláusulas correspondentes.

Seguro de Transporte: A CONTRATADA deverá contratar um seguro de transporte para cobrir eventuais danos ou extravios durante o transporte do BOMBA SUBMERSA PARA POÇOS ARTESIANOS até o local de entrega especificado pela CONTRATANTE.

Comunicação de Irregularidades: Qualquer irregularidade ou problema relacionado à entrega do BOMBA SUBMERSA PARA POÇOS ARTESIANOS deverá ser prontamente comunicado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, a fim de que sejam adotadas as providências necessárias para solucionar a questão de forma ágil e eficiente.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

9.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º). A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.1.2.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

9.1.2.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.1.3 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

9.1.3.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

9.1.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.1.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.1.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

9.1.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.1.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.1.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9.1.9 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9.1.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.1.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9.1.12 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

9.1.13.1 Os materiais, objeto desta Licitação, serão acompanhados pelo GESTOR especialmente designado pelo CONTRATANTE para esse fim, e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, os quais deverão ter perfil para desempenhar tais tarefas, proporcionando a estes o conhecimento dos critérios e das responsabilidades assumidas.

9.1.13.2 Para o acompanhamento de que trata o subitem anterior, compete ao GESTOR, entre outras atribuições: planejar, coordenar e solicitar da CONTRATADA e seus prepostos, ou obter do CONTRATANTE, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto licitado e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

9.1.13.3 Compete à FISCALIZAÇÃO dentre outras atribuições:

- a) A fiscalização dos serviços pela Contratante não exclui nem diminui a completa responsabilidade da contratada por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.
- b) Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- c) Assistir o(a) CONTRATADO(A) na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- d) Confirmar a execução dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de execução do objeto contratado.
- e) Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas;
- f) Controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios;
- g) Determinar a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- h) Dirimir as eventuais omissões e discrepâncias das especificações;
- i) Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços/materiais apresentados, dos serviços/materiais executados ou daquilo que for produzido pelo contratado;
- j) Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato;
- k) Exigir do(a) CONTRATADO(A) a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- l) Exigir fiel cumprimento do Contrato e seus ADITIVOS pelo(a) CONTRATADO(A);
- m) Exigir pontualidade no cumprimento dos horários de funcionamento fixados.
- n) Indicar ao gestor que efetue glosas de medição por serviço mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;
- o) Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção;
- p) Relatar as ocorrências que exijam comunicação às autoridades competentes.
- q) Rever, quando necessário as especificações técnicas, adaptando-as às condições específicas;
- r) solicitar o assessoramento técnico, caso necessário;
- s) Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pelo CONTRATANTE, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
- t) Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;

10. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

10.1. Constitui-se obrigação da CONTRATANTE:

- a) Assegurar livre acesso ao pessoal da CONTRATADA, devidamente identificado, ao local de realização do serviço, no horário estipulado para prestação dos mesmos.
- b) Designar servidores para as atividades de Fiscalização dos serviços previstos, dirimindo as dúvidas da Contratada, cumprindo e fazendo cumprir o disposto no presente termo de especificação técnica;
- c) Efetuar o pagamento na data estabelecida.
- d) Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;
- e) Encaminhar ao preposto da CONTRATADA as requisições para a execução contratual;
- f) Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos objetos fornecidos, para que sejam corrigidos;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa vencedora;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;
- i) Registrar todas as ocorrências de atraso ou de desatendimento das especificações na prestação dos serviços, para a adoção das providências cabíveis à regularização, comunicando a contratada as irregularidades;
- j) Rejeitar no todo ou em parte os serviços/material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- k) Caso o produto entregue não atenda às especificações do objeto, solicita-se o refazimento do mesmo para garantir a conformidade com os padrões estabelecidos;
- l) Na eventualidade de o produto não estar em conformidade com as especificações do objeto, requer-se o ressarcimento do mesmo, assegurando a qualidade e precisão exigidas.;
- m) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- n) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Solicitação de Fornecimento ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- o) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- p) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- q) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- r) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- s) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- t) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

10.2. Constitui-se obrigação da CONTRATADA:

- a) Utilizar das técnicas disponíveis para a realização das atividades, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma.
- b) Fornecer equipamentos e serviços que se fizerem necessários para a execução do objeto, mediante remuneração.
- c) Administrar o presente contrato.
- d) Arquivar os documentos derivados do presente contrato e apresentá-los quando exigidos por quem de direito.
- e) Recolher tributos e contribuições previdenciárias que incidirem sobre as atividades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- f) A proponente deverá arcar com suas despesas, vistoriar e examinar os locais dos serviços, bem como obter, sob sua responsabilidade e risco, todas as informações necessárias para preparar a proposta;
- g) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação e cotação de preços, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- h) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
- i) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- j) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do produto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- k) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Segurança e Higiene, garantindo condições e equipamentos individuais adequados a seus empregados;
- l) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;
- m) Executar a entrega do produto através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
- n) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- o) Manter durante toda a entrega do produto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na cotação de preços;
- p) Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências", onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da FISCALIZAÇÃO. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO.
- q) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- s) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- t) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à Contratante;
- u) Recrutar pessoal habilitado e com experiência comprovada fornecendo ao CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;
- v) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- w) Responder perante o CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- x) Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da entrega do produto;
- y) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;
- z) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;
- aa) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade do produto, garantindo seu perfeito desempenho;
- bb) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

cc) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990):

a. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

dd) Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados; e

ee) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços.

ff) indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

gg) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

hh) Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

ii) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

jj) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A despesa decorrente da contratação será suportada pela dotação orçamentária própria indicada abaixo pela Unidade Administrativa:

Classificação por esfera	Classificação Institucional	Estrutura Programática	Classificação Funcional
Orçamento Fiscal	11.001/SEAMA	10	20 – Agricultura
Informação do programa	Informação da Ação	Elemento de despesa	Fonte
Mais Agricultura e Sustentabilidade	1017	44905200000000	150000000000

12. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termos Aditivos, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de até **15 (quinze) dias**, contado do recebimento definitivo do material e da apresentação do documento fiscal correspondente.

13.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

13.3. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso exista pendência quanto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.4. O descumprimento, pelo CONTRATADO, do estabelecido no item anterior não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

13.5. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo CONTRATADO, nos termos deste contrato.

13.6. No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

13.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

14.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento da Lei n.º 14.133/2021.

14.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

14.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.7 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

14.8 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

14.9 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

14.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.11 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.12 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.13 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada mediante a apresentação de:

- a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**); e
- f) **Documento de Identificação Civil dos Sócios/Empresário**.

OBSERVAÇÕES:

I. Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;

II. Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;

III. Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

15.2. A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (**CNPJ**).

b) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, relativo à sede da licitante, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

i. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

c) Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** da sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

d) Prova de regularidade perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao **Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS)**, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

f) Prova de **Regularidade Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de acordo a Lei nº 12.440/11, e nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

g) Declaração de que inciso XXXIII do artigo 7 da Constituição Federal de 1988 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

15.2.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante enquadrado como ME/EPP, for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

15.2.2 A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea anterior implicará na inabilitação da licitante e decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

15.3. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

b) **Declaração** do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante do no edital.

c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15.4. A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação.

16. DAS PENALIDADES

16.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

16.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) De **1%** (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) De **2%** (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) De **5%** (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguem à data da comunicação formal da rejeição;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ipiáú, por prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos **I, II e III do item 13.2** supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** do mesmo item.

16.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fazer jus.

Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

16.5. As sanções previstas nos incisos **III e IV do item 13.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

16.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.7. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

16.8. As sanções previstas no item 13 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com o edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

16.9. A CONTRATADA se sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para quais haja concorrido.

b) Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

b1) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, até o trigésimo dia, ou nos prazos parciais das Ordens de Serviços, limitadas a 20% do valor da fatura;

b2) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso superior a 30 (trinta) dias, limitadas a 20% do valor da fatura.

b3) Multa de até 30% (trinta por cento) em caso de descumprimento das normas do edital e o do contrato.

c) A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

d) Suspensão do direito de contratar com o município de Ipiáú pelo período máximo de 03 (três) anos nas hipóteses previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155, da Lei Federal 14.133/2021

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

g) O valor de cada multa será atualizado monetariamente, caso haja fator de reajustamento de preços vigente no mês em que cessar o motivo que lhe deu origem.

h) As multas previstas na alínea “b” poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.

i) Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Prefeitura Municipal de Ipiáú.

j) Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.

l) Esgotados todos os prazos de execução do objeto do contrato que tiverem sido concedidos pela autoridade contratante, a contratada ficará automaticamente impedida de participar de novas licitações enquanto não ressarcir os danos causados à Administração Pública Municipal ou cumprir a obrigação antes assumida, sem prejuízo de outras penalidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

16.10. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será de competência da Prefeitura Municipal de Ipiáú, as demais penalidades serão de competência do **Secretário Municipal de Administração e Planejamento**.

17. DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

17.1. O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir de sua assinatura, tendo validade de **12 (doze meses)**, podendo o prazo de vigência ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme permissivo no art. 111, Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações.

18. DA DATA, LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. O(s) objeto deverá ser executados na forma, prazo, locais e horários definidos no Preâmbulo do Edital.

18.1.2 A execução dos serviços deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou deslocamentos. Havendo necessidade de interrupção, esta deverá estar devidamente planejada e ser necessariamente aprovada pela Ordenadora de Despesa.

18.1.3. Por ocasião da medição dos serviços, o fornecedor deverá apresentar relatório de viagens realizadas em 02(duas) vias, além das respectiva Nota Fiscal e as Certidões Negativas, válidas, exigidas na fase de habilitação deste certame.

18.1.4. Para os serviços definidos conforme execução, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal por Anexo em nome do **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, com endereço na Rua Ângelo Jaqueira, Centro, Ipiáú – Bahia.

18.2 A fiscalização do Contrato será exercida por servidor devidamente designado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Administração.

18.2.1 O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

18.3 A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço executado, se em desacordo com os termos do Edital e do respectivo Contrato.

18.4 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

18.5 A execução do objeto da licitação não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho em relação a prazo de entrega, validade.

18.6 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei Federal Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.

19 - DA EXECUÇÃO, DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

19.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

19.2. A rescisão do contrato se dará nos termos dos artigos 137 e 138 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

19.3. No caso de rescisão provocada por inadimplemento do contratado, o contratante poderá reter, cautelarmente, os 19 decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

19.4. Quando a rescisão ocorrer nas hipóteses dos artigos 137 da Lei Federal Nº 14.133/2021, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados.

19.5. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

19.6. O Contrato extinguir-se-á pela implementação do seu termo final, com o integral cumprimento das obrigações nele estipuladas, e, poderá ser rescindido, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigações pactuadas, e especialmente pela ocorrência das hipóteses previstas nos 137 e 138 da Lei Federal Nº 14.133/2021, cujos dispositivos a Contratada declara conhecer, submetendo-se irrestritamente, a todas as determinações estabelecidas.

20. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

20.1. O contrato originário deste processo, poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 Lei Federal 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões na execução do objeto da presente licitação, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 Lei Federal 14.133/2021.

21. DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS:

21.1. Os preços propostos não serão passíveis de reajustamento pelo período de **12 (doze) meses** na forma da Lei Federal nº 14.133 de 01.04.2021. Após este período, os mesmos serão reajustados na mesma periodicidade e com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

21.2 Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preços pactuados, para mais ou para menos, nos termos fixados nos arts. 22, todos da Lei Federal 14.133/2021.

21.3. No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quanto do impacto negativo na economia contratual.

22. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

22.1. O valor estimado da contratação foi apurado em pesquisas de preços no mercado local. Conforme exigências legais, foi realizada pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos, conforme preconiza a Instrução Normativa Federal nº 05, de 27 de junho de 2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apurando-se um valor estimado.

22.2. O Setor Responsável pela cotação de preço foi a Secretaria Municipal de Administração, que o fez através do setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ipiáú-BA.

Ipiáú/BA, 30 de abril de 2024.

Elaborado por:

Aderian da Silva Meira
Agente de Planejamento
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiáú-BA

Autorizado por:

Poleandro Silva Santos
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Decreto nº 5.410/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
Decreto Municipal n.º 6.857/2023, de 31 de março de 2023.

DADOS DO REQUISITANTE	
Secretaria	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Servidor responsável pela demanda	Aderian da Silva Meira
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto)	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
E-mail	seamaipiau@gmail.com
Telefone	(73) 3313-2008

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO: (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

- a) A contratação de uma empresa especializada para a aquisição de bomba submersa para poços artesianos na zona rural se apresenta como uma necessidade premente, considerando o contexto e as demandas da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Ipiáú. A escassez de água na região rural tem se agravado, comprometendo não apenas o abastecimento das comunidades, mas também impactando diretamente as atividades agrícolas, fundamentais para a economia local. A aquisição de bombas submersas representa uma solução estratégica para enfrentar esse desafio, assegurando um suprimento hídrico estável e sustentável.
- b) Sob a perspectiva do interesse público, a disponibilidade de água para os poços artesianos não apenas beneficia os agricultores, mas também toda a população da zona rural, garantindo o acesso a um recurso essencial para a vida cotidiana e a produção agrícola. Além disso, ao melhorar as condições de abastecimento hídrico, a contratação contribui diretamente para a preservação do meio ambiente local, evitando a exploração excessiva de fontes naturais e promovendo práticas sustentáveis.
- c) A especificidade técnica da aquisição requer a expertise de uma empresa especializada, capaz de fornecer equipamentos adequados às necessidades específicas da região e de garantir a eficiência operacional a longo prazo. A contratação de uma empresa idônea e especializada assegura a qualidade do serviço prestado, minimizando riscos de falhas operacionais e otimizando os investimentos públicos.
- d) Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada para a aquisição de bomba submersa para poços artesianos na zona rural de Ipiáú é uma medida estratégica e vital para promover o desenvolvimento sustentável, garantindo o acesso à água, preservando o meio ambiente e fortalecendo as atividades agrícolas que são pilares fundamentais para a comunidade local.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

2.1. Para a contratação da melhor solução, é essencial estabelecer requisitos técnicos e operacionais específicos que atendam às necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Ipiáú:

- a) **Eficiência Técnica:** A empresa contratada deve apresentar experiência comprovada no fornecimento de bombas submersas para poços artesianos em áreas rurais, demonstrando a capacidade de fornecer equipamentos eficientes e duráveis.
- b) **Compatibilidade com as Condições Locais:** A solução proposta deve ser adaptada às características específicas da região, considerando variáveis como profundidade dos poços, vazão necessária e qualidade da água.
- c) **Garantia e Suporte Técnico:** É fundamental que a empresa forneça garantia estendida para as bombas submersas e ofereça suporte técnico qualificado, assegurando a manutenção adequada e a resolução rápida de eventuais problemas.
- d) **Certificações Ambientais e de Qualidade:** A empresa deve possuir certificações reconhecidas que atestem a conformidade com padrões ambientais e de qualidade, garantindo a idoneidade da solução fornecida.
- e) **Treinamento Local:** A contratada deve oferecer treinamento técnico para operadores locais, promovendo a capacitação da comunidade na manutenção básica das bombas submersas e contribuindo para a sustentabilidade do projeto a longo prazo.
- f) **Transparência nos Custos:** A proposta da empresa deve ser transparente em relação aos custos envolvidos, incluindo detalhes sobre a precificação dos equipamentos, serviços e eventuais despesas adicionais.

2.2. Ao adotar esses requisitos e práticas de sustentabilidade, a Administração Municipal de Ipiáú assegurará a contratação da melhor solução para a aquisição de bombas submersas, promovendo eficiência operacional, respeito ao meio ambiente e benefícios duradouros para a comunidade local.



3. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES: (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

3.1. Quais as alternativas possíveis de solução presentes no mercado para resolver este problema?

- a) Bombas Submersas Convencionais: Modelos tradicionais de bombas submersas projetadas para poços artesianos, que oferecem uma variedade de opções de vazão e profundidade de operação. Podem ser uma escolha padrão para áreas com características hídricas convencionais.
- b) A escolha da melhor alternativa dependerá das condições locais, das necessidades específicas da comunidade e das características do poço. Considerando a prioridade para práticas sustentáveis, soluções movidas a energia solar e tecnologias de eficiência energética podem ser particularmente relevantes. A consulta a empresas especializadas, a realização de estudos de viabilidade e a participação da comunidade nas decisões são passos importantes para identificar a solução mais apropriada para a situação em Ipiáú.
- c) Bombas Submersas Solares: Soluções movidas a energia solar, que aproveitam a abundância de luz solar na zona rural. Essas bombas são ambientalmente amigáveis e reduzem os custos operacionais a longo prazo, sendo uma opção sustentável para comunidades remotas.
- d) Sistemas de Bombeamento Inteligente: Tecnologias avançadas que incorporam sensores e sistemas de monitoramento para otimizar o uso da bomba, adaptando-se automaticamente às condições do poço e minimizando o consumo de energia.
- e) Bombas de Alta Eficiência Energética: Modelos projetados especificamente para oferecer eficiência energética superior, reduzindo o consumo de eletricidade e os custos associados ao longo do tempo.
- f) Soluções Integradas de Gestão Hídrica: Empresas especializadas podem oferecer soluções mais abrangentes, incluindo a instalação de sensores de qualidade da água, sistemas de monitoramento remoto e programas de manutenção preventiva para garantir o desempenho contínuo dos poços.
- g) Bombas com Tecnologia de Recuperação de Energia: Equipamentos que aproveitam a energia liberada durante o processo de bombeamento para aumentar a eficiência global, reduzindo os custos operacionais e minimizando o impacto ambiental.

h) Bombas Submersas Solares:

- I. Vantagens: Utilizam energia renovável, reduzindo os custos operacionais ao longo do tempo e minimizando a pegada de carbono. São ideais para áreas remotas sem acesso à rede elétrica convencional. Oferecem baixa manutenção e vida útil prolongada.
- II. Desvantagens: O investimento inicial pode ser significativamente mais alto. A dependência da luz solar pode afetar a produção de água em dias nublados ou à noite. A tecnologia pode ser sensível a condições climáticas extremas.

i) Sistemas de Bombeamento Inteligente:

- I. Vantagens: Oferecem otimização automatizada do bombeamento, adaptando-se dinamicamente às condições do poço. Podem resultar em maior eficiência energética e redução de custos operacionais. Permitem monitoramento remoto, facilitando a identificação precoce de problemas.
- II. Desvantagens: O custo inicial e a complexidade técnica podem ser mais elevados. A manutenção e reparos podem exigir conhecimentos especializados.

j) Bombas de Alta Eficiência Energética:

- I. Vantagens: Reduzem significativamente o consumo de energia em comparação com bombas convencionais, resultando em economias operacionais a longo prazo. Podem ser adaptadas para diferentes condições de poço.
- II. Desvantagens: O custo inicial pode ser mais alto. A dependência de energia elétrica pode ainda ser uma consideração importante, especialmente em áreas propensas a cortes de energia.

k) Soluções Integradas de Gestão Hídrica:

- I. Vantagens: Oferecem uma abordagem abrangente, incluindo monitoramento da qualidade da água e programas de manutenção preventiva. Aumentam a eficiência operacional e a vida útil dos equipamentos.
- II. Desvantagens: O custo inicial e a necessidade de treinamento para operadores locais podem ser mais elevados. A manutenção do sistema integrado pode ser complexa.

l) Bombas com Tecnologia de Recuperação de Energia:

- I. Vantagens: Maximizam a eficiência ao aproveitar a energia liberada durante o bombeamento. Podem reduzir significativamente os custos operacionais e o consumo de energia.
- II. Desvantagens: O custo inicial pode ser mais alto. A complexidade técnica e a necessidade de manutenção especializada podem ser desafios.

m) A escolha entre essas alternativas dependerá das condições específicas de Ipiáú, considerando fatores como disponibilidade de recursos, orçamento disponível, características do poço e o compromisso com a sustentabilidade. Um planejamento cuidadoso e consultas especializadas são cruciais para determinar a solução mais adequada às necessidades locais.

- n) vantagens e desvantagens de cada uma das alternativas apresentadas.

o) Bombas Submersas Convencionais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

I. Vantagens: São amplamente disponíveis, com variedade de opções no mercado. Geralmente, apresentam um custo inicial mais baixo em comparação com tecnologias mais avançadas. São conhecidas por sua confiabilidade e simplicidade de operação.

II. Desvantagens: Podem ter um consumo de energia mais elevado em comparação com tecnologias mais eficientes. A falta de recursos de automação e monitoramento pode resultar em menor eficiência operacional e maior risco de falhas não detectadas.

p) Vantagens e desvantagens de cada uma das alternativas apresentadas, considerando especialmente [elementos específicos relevantes]

q) Bombas Submersas Convencionais:

I. Vantagens: A simplicidade de operação e a ampla disponibilidade são pontos fortes. Em comunidades onde a manutenção técnica pode ser um desafio, a confiabilidade dessas bombas é uma vantagem.

II. Desvantagens: O alto consumo de energia pode ser uma desvantagem significativa, especialmente em áreas onde os custos operacionais são um fator crítico. A falta de automação e monitoramento pode resultar em ineficiências não detectadas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO: (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

a) A contratação de uma empresa especializada para a aquisição de bomba submersa destinada aos poços artesanais na zona rural do município de Ipiáú se configura como a melhor solução, fundamentada em justificativas técnicas e econômicas que visam atender de maneira eficiente e sustentável às demandas da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

b) Do ponto de vista técnico, a expertise de uma empresa especializada é essencial para garantir a seleção de bombas submersas adequadas às especificidades dos poços na região. Considerando variáveis como profundidade, vazão e qualidade da água, uma empresa especializada será capaz de oferecer soluções sob medida, otimizando a eficiência do sistema de abastecimento hídrico. Além disso, a contratação de uma empresa com conhecimento técnico aprofundado assegura a instalação correta dos equipamentos, minimizando riscos de falhas operacionais e garantindo a durabilidade das bombas.

c) No aspecto econômico, a escolha de uma empresa especializada pode resultar em uma gestão financeira mais eficiente a longo prazo. Embora o custo inicial possa ser ligeiramente mais elevado em comparação com opções convencionais, a durabilidade, eficiência energética e confiabilidade das bombas submersas fornecidas por especialistas contribuem para a redução dos custos operacionais ao longo da vida útil dos equipamentos. Além disso, a minimização de paradas não planejadas e a necessidade de manutenção frequente resultam em economias significativas.

d) A escolha da contratação de uma empresa especializada se destaca ainda pelos seguintes elementos e características:

e) Qualidade Garantida: Empresas especializadas frequentemente oferecem garantias estendidas, proporcionando maior segurança em relação à qualidade e durabilidade dos produtos fornecidos.

f) Assistência Técnica Especializada: A presença de suporte técnico especializado assegura a resolução rápida de eventuais problemas, minimizando o tempo de inatividade dos poços artesanais.

g) Comprometimento com Práticas Sustentáveis: Empresas especializadas podem incorporar tecnologias e práticas sustentáveis em seus produtos, alinhando-se às preocupações ambientais e promovendo uma abordagem mais responsável em relação ao uso de recursos naturais.

h) Treinamento Local: A capacidade de oferecer treinamento local para operadores e responsáveis pela manutenção, contribuindo para a autonomia da comunidade no cuidado dos equipamentos.

i) Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada para a aquisição de bomba submersa para poços artesanais na zona rural de Ipiáú emerge como a escolha mais vantajosa, reunindo fundamentos técnicos sólidos, eficiência econômica e comprometimento com a sustentabilidade, fatores essenciais para atender às demandas específicas da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município.

j) A solução proposta para atender às demandas da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Ipiáú consiste na contratação de uma empresa especializada para a aquisição de bomba submersa destinada aos poços artesanais na zona rural. Essa abordagem visa atender não apenas às necessidades imediatas de abastecimento hídrico, mas também garantir eficiência operacional, sustentabilidade e conformidade com as regulamentações vigentes.

k) A empresa selecionada deverá oferecer bombas submersas de alta qualidade, considerando as características específicas dos poços na região, como profundidade, vazão necessária e qualidade da água. A escolha de equipamentos eficientes e duráveis é fundamental para assegurar um abastecimento estável e confiável, atendendo às demandas da comunidade rural de Ipiáú.

l) Além disso, a solução proposta inclui a implementação de práticas sustentáveis, priorizando tecnologias que minimizem o consumo de energia e promovam a preservação ambiental. Isso não apenas contribuirá para a redução dos custos operacionais a longo prazo, mas também reforçará o compromisso com a responsabilidade ambiental, alinhando-se às preocupações da Secretaria de Meio Ambiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

m) No que diz respeito à manutenção e assistência técnica, a solução estabelece requisitos estritos em conformidade com a legislação aplicável. A empresa contratada deverá oferecer garantias estendidas para os equipamentos fornecidos, assegurando a qualidade e durabilidade. Além disso, é imperativo que a contratada disponha de um serviço de assistência técnica local, com profissionais capacitados para realizar manutenções preventivas e corretivas, garantindo a operação contínua dos poços artesianos.

n) A legislação pertinente, como a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) e normativas ambientais, será rigorosamente observada no processo de contratação. A transparência nos custos, a comprovação de certificações ambientais e de qualidade, assim como o cumprimento de prazos estabelecidos, são elementos cruciais para a conformidade legal e efetiva implementação da solução proposta.

o) Em resumo, a solução abrange a contratação de uma empresa especializada que ofereça bombas submersas de alta qualidade, adote práticas sustentáveis e cumpra estritamente as exigências legais relacionadas à manutenção, assistência técnica e transparência no processo. Com essa abordagem integrada, busca-se atender de forma abrangente às demandas da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, assegurando uma solução duradoura e eficaz para o abastecimento hídrico na zona rural de Ipiáú.

p) Especificação Técnica para Aquisição de Bomba Submersa para Poços Artesianos na Zona Rural de Ipiáú

- I. Descrição do Objeto: Aquisição de bomba submersa destinada aos poços artesianos localizados na zona rural do município de Ipiáú, conforme demanda da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
- II. Características Técnicas: Tipo de Bomba: Submersa.
- III. Profundidade de Operação: Adaptada às condições dos poços locais.
- IV. Vazão Necessária: Compatível com as demandas de abastecimento hídrico da comunidade rural.
- V. Material de Construção: Resistente à corrosão e adequado às características químicas da água local.
- VI. Garantias e Certificações: Garantia Estendida: Mínimo de 1 ano para as bombas submersas fornecidas.
- VII. Certificações: Comprovação de conformidade com normas técnicas, ambientais e de qualidade, garantindo a confiabilidade dos equipamentos.
- VIII. Assistência Técnica e Manutenção: Serviço de Assistência Técnica Local: Disponibilidade de profissionais capacitados para realizar manutenções preventivas e corretivas na região de Ipiáú.
- IX. Treinamento Local: Oferta de treinamento para operadores locais visando a autonomia na operação básica e identificação de problemas.

q) Documentação Legal:

- I. Registro e Regularidade da Empresa: Comprovação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa conforme legislação vigente.
- II. Cumprimento da Lei de Licitações (Lei nº 14.133(21): Observância das normativas relacionadas a processos licitatórios.
- III. Transparência nos Custos: Detalhamento da Proposta Comercial: Apresentação clara e transparente dos custos relacionados à aquisição das bombas submersas e serviços associados.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID	QTDE
1	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BOMBA DE POÇO ARTESIANO TIPO SUBMERSA, POTÊNCIA ATÉ 5,0 CV, TRIFÁSICO E MONOFÁSICO, 220/380V 60HZ, INCLUINDO O SERVIÇO DE GUINCHO PARA RETIRADA DA BOMBA ANTIGA.	Unid.	03

5.1. A estimativa da quantidade da contratação do objeto, nesse caso, a bomba submersa para poços artesianos, deve ser baseada no consumo estimado para um período de 12 meses

5.2. Demanda Diária: Determine a demanda diária de água, levando em conta as necessidades da comunidade atendida pelos poços artesianos. Isso pode envolver o abastecimento doméstico, agrícola e outras atividades que dependem da água dos poços.

5.3. Vazão da Bomba: Considere a vazão que a bomba submersa deve ser capaz de fornecer para atender à demanda diária. A vazão é medida em litros por segundo (L/s) ou metros cúbicos por hora (m³/h), e é um fator crucial para dimensionar a capacidade da bomba.

5.4. Horas de Funcionamento Diárias: Estime o número de horas diárias que os poços artesianos estarão em operação. Isso pode variar com base nas necessidades da comunidade e nas condições locais.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Os valores estimados da contratação, são aferidos conforme pesquisa de mercado, e comparação da conformidade de preços realizada pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de Ipiáú.



6.2 A Memória de Cálculo e os Preços Unitários Referenciais, fazem parte do Anexo 6, do Referido Processo de Contratação.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL:

- a) Considerando o disposto no Art. 40 da Lei 14.133/21, a decisão sobre o parcelamento da solução de aquisição de bomba submersa para poços artesanais em Ipiáú deve ser embasada em critérios técnicos e econômicos, visando atender aos princípios da economicidade e da ampliação da competição. Em conformidade com o princípio do parcelamento, é recomendável avaliar a viabilidade da divisão do objeto em lotes, levando em consideração os seguintes pontos.
- b) Primeiramente, deve-se analisar a expectativa de consumo anual e a demanda específica da comunidade de Ipiáú, para determinar se o parcelamento é tecnicamente viável. Caso a solução seja composta por diferentes tipos de bombas submersas, cada uma atendendo a uma necessidade específica, o parcelamento pode ser uma estratégia adequada.
- c) Ademais, a avaliação da peculiaridade do mercado local é essencial para verificar se o parcelamento resultará em economia. Se houver fornecedores locais especializados em determinados tipos de bombas ou se o mercado local apresentar características que permitam uma competição mais ampla, o parcelamento pode ser vantajoso.
- d) Por outro lado, a decisão de não parcelar a solução pode ser justificada nos casos em que a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor. Além disso, se o objeto a ser contratado configurar um sistema único e integrado e houver risco ao conjunto do objeto pretendido, ou se o processo de padronização levar a fornecedor exclusivo, o parcelamento pode não ser recomendável.
- e) É fundamental que a justificativa para o parcelamento ou não seja respaldada em estudos técnicos preliminares, considerando a economia, a viabilidade técnica, a competição de mercado e outros fatores que garantam uma decisão embasada e alinhada aos princípios da legislação vigente.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

a) Contratações Correlatas:

- I. Manutenção Preventiva e Corretiva: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para as bombas submersas. Uma empresa especializada poderia oferecer contratos de serviço para garantir o funcionamento contínuo e a longevidade dos equipamentos.

b) Contratações Interdependentes:

- I. Treinamento Local para Operadores: A contratação de serviços para treinamento local dos operadores dos poços pode ser interdependente, assegurando que a comunidade tenha o conhecimento necessário para operar e realizar manutenções básicas nas bombas submersas.
- II. Essas contratações correlatas e interdependentes são essenciais para garantir o sucesso e a eficiência do projeto de abastecimento de água na zona rural de Ipiáú, atendendo não apenas à aquisição das bombas submersas, mas também aos aspectos complementares e interligados do sistema como um todo.

9. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO:

9.1. A despesa encontra-se inclusa no Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Ipiáú-BA, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, PCA/2024, LOA 2024, PPA 2022-2025.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL:

- a) A contratação de uma empresa especializada para a aquisição de bombas submersas destinadas aos poços artesanais na zona rural de Ipiáú é estrategicamente planejada visando alcançar resultados expressivos em termos de economicidade e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.
- b) Em termos de economicidade, espera-se que a escolha de bombas submersas de alta eficiência energética contribua para a redução significativa nos custos operacionais a longo prazo. O investimento inicial em tecnologias mais sustentáveis e eficientes pode ser justificado pela economia gerada ao longo da vida útil dos equipamentos. Além disso, a possibilidade de parcelamento da solução, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, permite um planejamento financeiro mais equilibrado, adequando-se às necessidades orçamentárias do município.
- c) Em relação ao aproveitamento dos recursos humanos, a contratação de uma empresa especializada oferece a vantagem de acesso a profissionais altamente capacitados para a instalação, manutenção e assistência técnica das bombas submersas. O treinamento local para operadores dos poços promove a autonomia da comunidade, otimizando a utilização dos recursos humanos disponíveis na região. Isso não apenas reduz a dependência de mão de obra externa, mas também fortalece a capacidade da comunidade de gerenciar e manter os equipamentos de forma eficiente.
- d) Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos materiais, a escolha de bombas submersas adequadas às características específicas dos poços artesanais contribui para a durabilidade dos equipamentos, minimizando a necessidade de



substituições frequentes. Adicionalmente, a possibilidade de contratar serviços correlatos, como infraestrutura para instalação das bombas, permite uma gestão integrada, evitando desperdícios e maximizando a eficiência operacional.

e) Em termos financeiros, a adoção de práticas sustentáveis e a busca por economia de escala na aquisição de equipamentos podem resultar em uma alocação mais eficiente dos recursos financeiros disponíveis. O planejamento estratégico, embasado em estudos técnicos preliminares, proporciona uma visão clara dos investimentos necessários e dos retornos esperados, garantindo a aplicação dos recursos de maneira estratégica e sustentável.

f) Em resumo, a contratação planejada para a aquisição de bombas submersas para poços artesianos em Ipiáú busca alcançar resultados notáveis em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros. Essa abordagem visa não apenas atender às demandas imediatas de abastecimento hídrico, mas também assegurar uma gestão eficiente e sustentável dos recursos, promovendo o desenvolvimento equilibrado da comunidade rural.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO:

a) A contratação de uma empresa especializada para a aquisição de bombas submersas destinadas aos poços artesianos na zona rural de Ipiáú é estrategicamente planejada visando alcançar resultados expressivos em termos de economicidade e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

b) Em termos de economicidade, espera-se que a escolha de bombas submersas de alta eficiência energética contribua para a redução significativa nos custos operacionais a longo prazo. O investimento inicial em tecnologias mais sustentáveis e eficientes pode ser justificado pela economia gerada ao longo da vida útil dos equipamentos. Além disso, a possibilidade de parcelamento da solução, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, permite um planejamento financeiro mais equilibrado, adequando-se às necessidades orçamentárias do município.

c) Em relação ao aproveitamento dos recursos humanos, a contratação de uma empresa especializada oferece a vantagem de acesso a profissionais altamente capacitados para a instalação, manutenção e assistência técnica das bombas submersas. O treinamento local para operadores dos poços promove a autonomia da comunidade, otimizando a utilização dos recursos humanos disponíveis na região. Isso não apenas reduz a dependência de mão de obra externa, mas também fortalece a capacidade da comunidade de gerenciar e manter os equipamentos de forma eficiente.

d) Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos materiais, a escolha de bombas submersas adequadas às características específicas dos poços artesianos contribui para a durabilidade dos equipamentos, minimizando a necessidade de substituições frequentes. Adicionalmente, a possibilidade de contratar serviços correlatos, como infraestrutura para instalação das bombas, permite uma gestão integrada, evitando desperdícios e maximizando a eficiência operacional.

e) Em termos financeiros, a adoção de práticas sustentáveis e a busca por economia de escala na aquisição de equipamentos podem resultar em uma alocação mais eficiente dos recursos financeiros disponíveis. O planejamento estratégico, embasado em estudos técnicos preliminares, proporciona uma visão clara dos investimentos necessários e dos retornos esperados, garantindo a aplicação dos recursos de maneira estratégica e sustentável.

f) Em resumo, a contratação planejada para a aquisição de bombas submersas para poços artesianos em Ipiáú busca alcançar resultados notáveis em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros. Essa abordagem visa não apenas atender às demandas imediatas de abastecimento hídrico, mas também assegurar uma gestão eficiente e sustentável dos recursos, promovendo o desenvolvimento equilibrado da comunidade rural.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO:

a) A contratação de uma empresa especializada para a aquisição de bombas submersas destinadas aos poços artesianos na zona rural de Ipiáú apresenta potenciais impactos ambientais que devem ser cuidadosamente considerados. Dentre os impactos negativos, destaca-se o consumo de energia elétrica pelas bombas, que pode contribuir para a emissão de gases de efeito estufa. Para mitigar esse impacto, é essencial estabelecer requisitos rigorosos de eficiência energética, incentivando a aquisição de bombas com baixo consumo de energia.

b) Além disso, a instalação das bombas submersas pode gerar alterações locais no ambiente subaquático, afetando ecossistemas aquáticos e a biodiversidade local. Para minimizar esses impactos, medidas mitigadoras incluem a realização de estudos de impacto ambiental prévios à instalação, identificando medidas específicas para a preservação dos ecossistemas locais e a mitigação de eventuais danos.

c) No âmbito socioambiental, a contratação pode gerar impactos positivos, promovendo o acesso à água potável e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade rural. No entanto, é crucial garantir que a execução do projeto respeite os aspectos culturais e sociais da região, evitando impactos indesejados nas dinâmicas locais.

d) Medidas mitigadoras socioambientais podem incluir a implementação de programas de educação ambiental na comunidade, visando conscientizar sobre a importância da preservação ambiental e do uso responsável dos recursos



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

hídricos. Além disso, a contratação pode incluir cláusulas específicas para a contratação de mão de obra local, promovendo a inclusão social e gerando benefícios diretos para a comunidade.

e) No que diz respeito à logística reversa, é fundamental incluir requisitos contratuais que estabeleçam a responsabilidade da empresa na gestão ambientalmente adequada do descarte e reciclagem dos equipamentos no final de sua vida útil. Essa abordagem visa evitar a geração de resíduos sólidos inadequadamente descartados, contribuindo para a sustentabilidade do ciclo de vida dos equipamentos.

f) Portanto, a contratação, ao considerar de maneira proativa esses impactos ambientais e socioambientais, aliada a medidas mitigadoras bem definidas, pode contribuir para a implementação de um projeto que não apenas atende às necessidades da comunidade, mas também promove a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

g) Parte superior do formulário

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

a) Após análise cuidadosa e embasada no Estudo Técnico Preliminar, é concluído que a contratação de uma empresa especializada para a aquisição de bombas submersas destinadas aos poços artesanais na zona rural de Ipiáú é não apenas viável, mas essencial para atender de maneira eficiente e sustentável às necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município.

b) O princípio da viabilidade é respaldado pela consideração de diversos fatores técnicos, econômicos e socioambientais. A escolha de bombas submersas de alta eficiência energética, aliada à possibilidade de parcelamento da solução quando vantajoso, demonstra um comprometimento com a otimização de recursos financeiros e a busca por soluções economicamente sustentáveis.

c) A análise técnica revelou a importância de requisitos específicos, como eficiência energética, qualidade dos materiais das bombas, e medidas mitigadoras para minimizar impactos ambientais e socioambientais. A consideração desses elementos reforça a adequação da contratação, alinhando-se aos princípios de sustentabilidade, eficiência operacional e preservação ambiental.

d) Os benefícios socioambientais, como o acesso à água potável para a comunidade rural, são elementos cruciais que corroboram a viabilidade da contratação. A inclusão de medidas mitigadoras, como programas de educação ambiental e a contratação de mão de obra local, demonstra um comprometimento com a responsabilidade social e cultural da região.

e) Em conclusão, a contratação da empresa especializada é respaldada por um posicionamento técnico-econômico que prioriza a eficiência operacional, a sustentabilidade ambiental e o impacto positivo na comunidade. Essa abordagem está alinhada aos princípios de transparência, eficiência e responsabilidade que norteiam as ações da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiáú, tornando a contratação a opção mais viável e adequada para atender às demandas específicas da região.

14. DA CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO (LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011).

- (☒) Não há necessidade de classificação;
(☐) Grau reservado: cinco anos;
(☐) Grau secreto: quinze anos; e
(☐) Grau ultrassecreto: vinte e cinco anos.

Ipiáú/BA, 15 de fevereiro de 2023.

Aderian da Silva Meira
Agente de Planejamento
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiáú-BA

Autorizado por:

Poleandro Silva Santos
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Decreto nº 5.410/2019



CONTRATO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA**
MUNICIPAL DE IPIAÚ – BA E A
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Página 27 de 34



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.2.4 O preço é fixo e irrevogável;

4.2.5 A nota fiscal deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, das Certidões Negativas de Débitos, ou Positivas com Efeito de Negativas, emitidas pelo Fisco Federal (conjunta previdenciária); pelos Fiscos Estadual e Municipal da sede da Contratante; pelo FGTS (CRF) e pela Justiça do Trabalho (CNDT).

4.3.1 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

4.3.2 O pagamento será precedido de consulta da regularidade fiscal, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.

4.3.3 Na hipótese de irregularidade na condição fiscal, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos e rescisão do contrato.

4.3.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.3.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.3.6 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

4.3.7 O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

4.3.8 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

5.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

5.2. Quando o reajuste se referir aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de preços e comprovará o aumento dos preços de mercado do objeto abrangido, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração
- b) As particularidades do contrato em vigência
- c) A nova planilha com variação dos custos apresentados
- d) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes ou fornecedores, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes
- e) Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos ao aumento de preço, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da CONTRATADA

5.3. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

5.4. Os efeitos financeiros do reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram e apenas em relação a diferença porventura existente.

5.5. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser proferida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e do fornecimento dos comprovantes de variação de custos.

5.6. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

5.7. O reajuste poderá ocorrer a pedido da CONTRATADA ou por iniciativa da CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA obrigada a realizar o reajuste até o percentual estabelecido pela Lei Federal 14.133/2021;

5.8. O reajuste poderá ter como base índices de preços oficiais, devendo a administração adotar o IPCA-E que deverá ser apresentado memorial de cálculo realizado por profissional registrado no Conselho Regional de Economia, ou no Conselho Regional de Contabilidade ou em Software desenvolvido pelo Banco Central do Brasil ou Receita Federal do Brasil para tais fins de cálculo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- 6.1. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços somente após o recebimento de ORDEM DE SERVIÇO expedida pela CONTRATANTE contendo autorização específica para tal fim, em dia de expediente, das 08:00 às 17:00 de segunda-feira a sexta-feira, no prazo de **03 (três) dias** a contar do recebimento da OS, contendo também as datas, locais e serviços a serem realizados.
- 6.2. A operacionalização, transporte e a realização dos serviços no(s) local(is) estabelecido(s) pelo CONTRATANTE deverão ser executados pela CONTRATADA, de maneira a observar sua aceitação.
- 6.3. O recebimento será feito em uma única Etapa:
- 6.3.1 Recebimento provisório:**
- a) No local do serviço, o Servidor designado fará o recebimento dos serviços realizados, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e na Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.
- 6.3.2 Recebimento definitivo:**
- a) No prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, o FISCAL DO CONTRATO designado procederá ao recebimento definitivo, verificando a quantidade e a qualidade dos serviços realizados em conformidade com o exigido nesta Ata e constante da respectiva proposta de preço do CONTRATADO.
- 6.4. Em caso de conformidade, o responsável atestará a efetivação da entrega dos serviços realizados na Nota Fiscal e a encaminhará ao setor competente para fins de pagamento.
- 6.5. Durante o recebimento provisório, em caso de desconformidade e rejeição do serviço, o CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer do(s) material(is)/serviço(s) que não esteja(m) de acordo com as especificações em até 24h.
- 6.6. Caberá à empresa fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual de uso obrigatório pelos empregados exigidos pela legislação.
- 6.7. A CONTRATADA estará obrigada a atender diariamente a todas as ordens de serviço expedidas durante a vigência do presente contrato.
- 6.8. A equipe técnica da CONTRATADA deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços.
- 6.9. A qualquer tempo, a CONTRATANTE poderá solicitar, por motivo justificado, a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA.
- 6.10. Os materiais a serem empregados devem ser de ótima qualidade, sendo que a CONTRATANTE poderá recusar aplicação de substitutos que julgar não convenientes à manutenção de desempenho ou vida útil dos equipamentos e sistemas.
- 6.11. Todos os custos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.
- 6.12. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1. As despesas para o pagamento do presente instrumento contratual correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Classificação por esfera	Classificação Institucional	Estrutura Programática	Classificação Funcional
Orçamento Fiscal	11.001/SEAMA	10	20 – Agricultura
Informação do programa	Informação da Ação	Elemento de despesa	Fonte
Mais Agricultura e Sustentabilidade	1017	44905200000000	150000000000

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1 O presente objeto poderá ser subcontratado.
- 8.1.1 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 8.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 8.2.1 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 8.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O prazo do presente contrato é de **00 (xxxxx) meses** compreendendo o período de **00 de _____ de 2023** até **00 de _____ de 2023**, podendo ser prorrogado desde que observadas as disposições 2º do art. 111 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.2. Constitui-se obrigação da CONTRATANTE:

- a) Assegurar livre acesso ao pessoal da CONTRATADA, devidamente identificado, ao local de realização do serviço, no horário estipulado para prestação dos mesmos.
- b) Designar servidores para as atividades de Fiscalização dos serviços previstos, dirimindo as dúvidas da Contratada, cumprindo e fazendo cumprir o disposto no presente termo de especificação técnica;
- c) Efetuar o pagamento na data estabelecida.
- d) Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;
- e) Encaminhar ao preposto da CONTRATADA as requisições para a execução contratual;
- f) Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos objetos fornecidos, para que sejam corrigidos;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa vencedora;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;
- i) Registrar todas as ocorrências de atraso ou de desatendimento das especificações na prestação dos serviços, para a adoção das providências cabíveis à regularização, comunicando a contratada as irregularidades;
- j) Rejeitar no todo ou em parte os serviços realizado em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- k) Solicitar a refazimento dos serviços que não atenderem às especificações do objeto;
- l) Solicitar o ressarcimento dos serviços que não atenderem às especificações do objeto;
- m) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- n) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto nos arts. 18 e 32;
- o) receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- p) aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- q) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- r) comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- s) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- t) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

10.2. Constitui-se obrigação da CONTRATADA:

- a) Utilizar das técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma.
- b) Disponibilizar uma equipe tecnicamente capacitada para a realização de pesquisas e desenvolvimento do projeto no âmbito da matéria da consultoria devida e nomear um coordenador desta equipe, responsável pela administração das atividades.
- c) Fornecer equipamentos e serviços que se fizerem necessários para a execução da consultoria, mediante remuneração.
- d) Administrar o presente contrato.
- e) Arquivar os documentos derivados do presente contrato e apresentá-los quando exigidos por quem de direito.
- f) Recolher tributos e contribuições previdenciárias que incidirem sobre as atividades do projeto, com recursos deste.
- g) Fornecer relatórios, constando resultados técnicos e estatísticos sobre a consecução do projeto, devendo ser entregue mensalmente para a CONTRATANTE todo dia (05) a começar do mês (Fevereiro).
- h) A proponente deverá as suas expensas, vistoriar e examinar os locais dos serviços, bem como obter, sob sua responsabilidade e risco, todas as informações necessárias para preparar a proposta;
- i) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação e cotação de preços, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- j) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
- k) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- l) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- m) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Segurança e Higiene, garantindo condições e equipamentos individuais adequados a seus empregados;
- n) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;
- o) Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
- p) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- q) Manter durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na cotação de preços;
- r) Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências", onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da FISCALIZAÇÃO. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO.
- s) Manter profissional responsável técnico pelos serviços e garantir a efetiva e imediata substituição do profissional, pelo menos por outro do mesmo nível, ato contínuo a eventuais impedimentos, conforme previsto na Lei Federal 14.133/2021;
- t) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- v) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- w) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à Contratante;
- x) Prestar os serviços de acordo com as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS deste termo;
- y) Recrutar pessoal habilitado e com experiência comprovada fornecendo ao CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;
- z) Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CRC, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante ao CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;
- aa) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- bb) Responder perante o CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- cc) Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;
- dd) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;
- ee) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;
- ff) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços, garantindo seu perfeito desempenho;
- gg) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

do contrato.

hh) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990):

a. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

ii) Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados; e

jj) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços.

kk) indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

ll) atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

mm) reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

nn) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

oo) manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

pp) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

qq) quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

rr) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

ss) fazer a transição contratual, quando for o caso, observando: a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração, a entrega de versões finais dos produtos e da documentação, a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC; a devolução de recursos, a revogação de perfis de acesso; a eliminação de caixas postais e outras que se apliquem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES CABÍVEIS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Licitante que, no decorrer da contratação:

a) Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato;

b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato;

e) Comportar-se de modo inidôneo;

f) Cometer fraude fiscal;

g) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital.

11.2. A Licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.3. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

11.4. Multa:

I - Moratória de até 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

II - Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do Contrato.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ, pelo prazo de até 03 (três) anos. (Art. 156 da Lei nº 14.133/2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

11.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- 11.6 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do Contrato:
- 11.7 Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 11.8 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.9 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e demais alterações vigentes.
- 11.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da Proporcionalidade.
- 11.12 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
- 11.13 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.14 As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no site oficial do Município.
- 11.15 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 11.16 As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.
- 11.17 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.
- 11.18 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 11.19 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

- 12.1. A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº. 14.133/2021.
- 12.2. O Contratante poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021.
- 12.2.1. Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a VII art. 137 da Lei 14.133/2021., não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 13.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:
- 13.2. O Fiscal do contrato será designado a partir da Portaria Conjunta nº 003/2023.
- 13.3. Compete ao gestor acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.
- 13.4. Compete ao fiscal da ata exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor da ata, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ata etc.
- 13.5. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 13.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COBRANÇA JUDICIAL

- 14.1. As importâncias devidas pela Contratada serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 13.701.651/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

15.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Ipiáú - Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A CONTRATADA é obrigada a fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as normas técnicas reguladoras, em estreita observância às legislações federal, estadual e municipal, bem como, a quaisquer ordens ou determinação do Poder Público, procurando – dentro do possível – conduzir os serviços e o pessoal de modo a formar, perante o público, uma boa imagem da CONTRATANTE e da própria CONTRATADA.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

16.3. A CONTRATADA é obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (duas) vias de igual teor e forma na presença, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Ipiáú-BA, ____ de _____ de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

CHANCELA JURÍDICA

O presente contrato, de n.º 213/2023, foi analisado pela Procuradoria Jurídica que concluiu por sua regularidade de forma e mérito, atendendo às exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/21.

Em ____/____/____

Isabelle Velúcia Dias de Araújo
Procuradora Jurídica Municipal